

A sua primeira ligação

JurISTEP BOLETIM

ARTIGOS

São Tomé e Príncipe: Breves Considerações sobre o Local Content.

O presente trabalho apresenta de forma sucinta a temática do *local content* em São Tomé e Príncipe. Com efeito, a recente Lei das Receitas Petrolíferas veio regular a gestão das receitas petrolíferas do Estado. Ao meu ver, trata-se – grosso modo – de uma medida a juzante, ou seja, o legislador cuidou regular o modo de gestão de receitas provenientes da actividade petrolífera e não – essencialmente – de como gerar estas receitas ou outras que independam do petróleo. Reconhecendo que a exploração do petróleo tem um “ciclo de vida útil” relativamente curto, apresento sugestões sobre como o país poderá, ao mesmo tempo que explora o petróleo, aumentar o valor acrescentado por essa exploração, de modo a: por um lado beneficiar as empresas e população activa das vantagens tecnológicas, de conhecimento e económicas dessas actividades; e por outro lado, criar um “motor alternativo” da economia, preparando-a para ser uma economia “pós-petrolífera” saudável e sustentável. Como será notado, este trabalho não tem a pretensão de se substituir aos estudos profundos já existentes e em preparação sobre este tema e outros mais abrangentes relativos ao desenvolvimento da economia santomense, mas apenas contribuir subsidiariamente para o debate desta temática.

Regime das Acções Privilegiadas no Código Comercial:

As acções privilegiadas caracterizam-se por atribuir aos seus titulares direitos especiais; isto é, direitos qualitativa ou quantitativamente mais valiosos do que os direitos conferidos pelas acções denominadas ordinárias, nas sociedades anónimas. Essas acções representam uma situação de favorecimento em relação aos demais sócios da sociedade. Por este motivo, esta categoria de acções constitui um dos instrumentos à disposição dos sócios para definir situações de influência dominante ou de controlo em algumas matérias importantes para a vida da sociedade, tanto reforçando a posição do(s) sócio(s) maioritário(s), como repartindo com este(s) a decisão sobre essas matérias, quando estes direitos são atribuídos a um ou mais sócios minoritários. Este estudo esboça o regime das acções privilegiadas consagrado no Código Comercial vigente em São Tomé e Príncipe.

LEGISLAÇÃO

Lei da Propriedade Industrial:

Approva o quadro de protecção jurídica dos direitos de propriedade industrial.

Regulamento da Propriedade Industrial:

Regula os aspectos técnicos dos pedidos de registo de direitos de propriedade industrial.

Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas:

Approva o regime jurídico para a gestão, pagamento, utilização e controlo das receitas e recursos petrolíferos.

GUIAS

São Tomé e Príncipe: Protecção da Propriedade Industrial:

Saiba como proteger as suas Patentes, Desenhos e Modelos Industriais, Marcas e Marcas Colectivas, e Nomes Comerciais nos seus investimentos em São Tomé e Príncipe.

Lei-quadro das Receitas Petrolíferas:

Saiba os aspectos essenciais da organização institucional, dos procedimentos orçamentais e dos instrumentos de controlo das receitas petrolíferas.

Portugal: Apoios à Internacionalização de Empresas:

Saiba quais os instrumentos ao dispor das empresas portuguesas que procuram um mercado de expansão para os seus negócios. Sistematizamos os instrumentos que o empresário português e os seus parceiros santomenses podem recorrer para concretizar os seus planos de investimento.

Para aceder a estes e outros conteúdos do *JurISTEP* clique nas hiperligações ou visite-nos em www.juristep.com.

Os Editores,

Rute Martins Santos

Kiluange Tiny

O *JurISTEP Boletim* é uma publicação gratuita da *JurISTEP*. Se não desejar continuar a receber o *JurISTEP Boletim*, por favor, envie-nos um e-mail para santos@juristep.com ou tiny@juristep.com, indicando expressamente a sua intenção. Por favor, não difunda o *JurISTEP Boletim* sem solicitação prévia do(s) destinatário(s).
